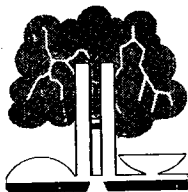


Deputado admite alteração da lei orçamentária em 92

Eraldo Tinoco diz à CPI que é "tradição" no Congresso aprovar em plenário apenas um texto provisório, mas nega que emendas "piratas" tenham sido incluídas irregularmente na época

BRASÍLIA — O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) admitiu que o Orçamento de 1992 só ganhou forma definitiva quase dois meses após a votação da lei orçamentária no plenário do Congresso. "O que nós aprovamos foram pareceres sobre as emendas", afirmou 'o deputado na madrugada de ontem, em depoimento à CPI do Orçamento. Tinoco foi um dos principais colaboradores do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) na Comissão Mista de Orçamento em 1991, mas negou que tivessem sido incluídas emendas "piratas" no Orçamento, depois da aprovação em plenário. "Eu fazia a análise técnica das emendas e o meu papel terminou na aprovação do Orçamento."

De dezembro de 91 a fevereiro de 92, quando a lei aprovada em plenário foi modificada, Tinoco estava nos Estados Unidos. No depoimento de ontem, foi evasivo sobre as emendas "piratas". "Suponho que elas constavam de uma listagem de microcomputador, mas dependiam de detalhamento técnico", disse Tinoco. Pa-



ra surpresa do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), Tinoco afirmou que é "tradição" do Congresso aprovar apenas um texto provisório do Orçamento no plenário. "A versão definitiva só é conhecida depois de publicada pelo *Diário Oficial*", declarou.

O deputado foi relator da Comissão Mista de Orçamento durante cinco anos seguidos e atribuiu à função o elevado número de emendas incluídas no Orçamento em seu nome. Segundo a CPI, Tinoco apresentou dez vezes mais emendas que a média dos colegas e conseguiu a liberação de verbas para seus pedidos numa proporção 600% superior à média. O exame do patrimônio e das contas bancárias de Tinoco não indicou irregularidades até agora.

Tinoco foi convocado por ter sido citado pelo economista José Carlos

Alves dos Santos, pivô do escândalo do Orçamento, e porque suas iniciais aparecem em papéis apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília. "Estou com a minha consciência tranqüila", insistiu o deputado. "Não posso explicar esse documento e não conheço Ailton Reis."

A adulteração do Orçamento de 92 tem provocado polêmica na CPI por causa da divulgação de uma lista de 127 parlamentares que assinam as emendas incluídas na época depois que a lei foi aprovada em plenário. Ontem, a CPI divulgou nota para "deplorar profundamente o grave e indesculpável vazamento da informação". O texto afirma que o dano causado a 127 parlamentares é "injustificado" e que "no julgamento do próprio senador Eduardo Suplicy [que divulgou a lista], não são necessariamente culpados, merecendo, por isso, as desculpas do nobre senador". A CPI reconhece que a denúncia é grave e que deve ser apurada. Magalhães não acha que haverá tempo para uma investigação detalhada, mas pelo menos poderá apontar os possíveis culpados.

NOTA DA CPI
CRITICA
VAZAMENTO DE
INFORMAÇÃO